revista.caete@delmiro.ufal.br

Revista de Ciências Humanas CAETÉ 2021
V 3 Nº1, 68-80. VIEIRA.

"A AGRICULTURA É SAGRADA": AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS DO POVO XUKURU DO ORORUBÁ COMO RESISTÊNCIA

"AGRICULTURE IS SACRED": AGRICULTURAL PRATICES OF THE XUKURU DO ORORUBÁ INDIGENOUS PEOPLE AS RESISTANCE

João Luiz da Silva Vieira[1]
joao.luiz.gnr@gmail.com

RESUMO

Os povos originários no Brasil são resistência desde a chegada dos invasores europeus, que impuseram suas práticas e modos de vida, usurpando o direito daqueles que viviam aqui sobre seus territórios e modificando sua relação com a Natureza. Atualmente as ações do governo ameaçam os direitos conquistados após a Constituição Federal de 1988, visando promover o agronegócio e mineração em terras indígenas. Nesse contexto, é importante salientar o povo Xukuru do Ororubá e a agricultura do sagrado como resistência e alternativa aos modelos agressivos de produção, evidenciando a relação entre o ser humano e a Natureza, uma ligação negada pelos processos coloniais.

Palavras-chave: Povos Originários; Geografia Indígena; Resistência, Agricultura do Sagrado.

ABSTRACT

Indigenous people in Brazil have been resistance since the arrival of the European invaders, who imposed their practices and ways of life, usurping the rights of those who lived here on their territories and changing their relationship with the Nature. Nowadays the government's actions threaten the rights obtained after Federal Constitution of 1988, aiming to promote the agribusiness and mining in indigenous lands. In this context, it is significant to emphasize the Xukuru do Ororubá people and the agriculture of the sacred as a relation between human being and Nature, an example of resistance and alternative to aggressive models of production.

Keywords: Indigenous people; Indigenous Geography, Resistance, Agriculture of the Sacred.

INTRODUÇÃO

Embora o Estado brasileiro há muito tempo possua relações amistosas com os latifundiários, como aponta Souza (2012), as ações político-econômicas do atual governo em relação à agricultura privilegiam de forma mais enfática o agronegócio, os alimentos transgênicos e a exploração de terras indígenas para usufruto do capital. Através de uma rede

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graducação em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

de falácias, são feitas diversas tentativas de convencer a população de que está tudo normal, seguindo um suposto "progresso" e que os problemas diários não são culpa da gestão vigente.

Para contextualizar estes fatos e introduzir a importância da resistência, será necessário lançar mão de alguns relatórios e matérias jornalísticas sobre eventos recentes. À guisa de exemplo, em setembro de 2020, o presidente da República alegou que os incêndios no Pantanal e na Amazônia são causados por roçados de índios e caboclos (GIMENES, 2020).

Contudo, esta informação não se sustenta. O primeiro ponto é que os povos indígenas costumeiramente possuem uma relação de respeito e cuidado pela Natureza, tida por vezes como sagrada. Devido a isso, é notório o cuidado em preservar o ambiente. O uso do fogo por povos indígenas ocorre numa escala ínfima e controlada, se comparado às grandes queimadas associadas à exploração madeireira ou ao avanço da pecuária. Em matéria ao Instituto Socioambiental, Antonio Oviedo (2018) traz a seguinte afirmação: "enquanto 20% da floresta amazônica brasileira foi desmatada nos últimos 40 anos, as Terras Indígenas na Amazônia Legal perderam, somadas, apenas 2% de suas florestas originais". Ou seja, os povos autóctones, e por extensão seus territórios, são importantes para a manutenção da vegetação nativa.

Além disso, satélites da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) comprovaram que os incêndios no Pantanal se iniciaram numa fazenda, quando não houve ocorrência de raios na região, e o inquérito da Polícia Federal concluiu que a ação foi criminosa e originada em fazendas (QUIRINO, 2020), argumento também utilizado pelo cacique Raoni Metuktire ao criticar as falas de Bolsonaro. Historicamente, na região são feitas queimadas para criar pasto para o gado bovino. Assim, outra vez o argumento do presidente não se sustenta.

Neste ínterim, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) divulgou o Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – dados 2019, apontando aumento significativo de 134,9 % nas invasões a terras indígenas, sobretudo para implantação do agronegócio e da garimpagem (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2020), fato também destacado pela liderança Sônia Guajajara (2020). O próprio presidente já chegou a insinuar que era necessária a produção de gado bovino em territórios indígenas para diminuir o preço da carne e ainda que o "índio evoluído" deveria ter mais liberdade sobre seu território, frases de caráter inconstitucional e racista, como aponta novamente Sônia Guajajara.

Evidente que estes processos criminosos influenciam diretamente na perda da diversidade biológica destes territórios, além de representar total desrespeito e descompromisso do governo bolsonarista com os povos originários ao não combater estes crimes – e mesmo

incitá-los tacitamente. Conforme comentado no relatório supracitado, alguns dos invasores chegam a citar o nome do presidente, indicando apoio aos atos.

Ademais, os pedidos de revisão do Guia Alimentar que desaconselhava consumos de ultraprocessados (KOTAIT, 2020), a Medida Provisória 910, PL 2633/20 ou "MP da Grilagem", que visa regularizar latifúndios em terras da União (BRASIL, 2019), e frases como "passar a boiada" e "boi bombeiro", ditas respectivamente pelo Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles e pela Ministra da Agricultura Tereza Cristina (CARTA CAPITAL, 2020; CARVALHO, 2020) denotam a aproximação política com ruralistas e o desinteresse do Governo por pautas indígenas e ambientais, abonando a afirmativa de que "o capitalismo e os valores de mercado dissolvem e negam as comunidades agrárias, camponesas e indígenas" (SAQUET, 2019, p.23).

Além disso, o perigo da aprovação do Marco Temporal coloca em xeque a demarcação de terras, que já se encontra estagnada, ameaçando usurpar de muitos povos indígenas os direitos sobre seus territórios, o que significaria a perda de áreas importantes na preservação da Natureza e na produção de agricultura familiar sustentável (ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2020). Corroborando com essa discussão, Souza afirma que "além de espaço vital para a auto sustentação da população indígena, a terra apresenta-se como espaço de reprodução da cultura, das práticas tradicionais, religiosas e sociais" (2012, p. 176).

Neste contexto, é importante frisar e reconhecer a importância dos movimentos do campo como resistência ao agronegócio e à alimentação nociva ao propagar o consumo de comidas saudáveis produzidas a partir de uma agricultura consciente. Esta visão é partilhada também por diversos povos indígenas, entre eles o povo Xukuru do Ororubá, que enxerga a Natureza como moradia de seus ancestrais e a agricultura como sagrada.

Assim, este trabalho visa compreender a agricultura do povo em questão como alternativa e resistência à estrutura agrária imposta pelo capital, salientando os aspectos territoriais e religiosos de suas práticas.

Para tal, recorreu-se, além da pesquisa bibliográfica, à observação em campo a partir de visitas ao Território Indígena Xukuru do Ororubá, onde foram feitos registros fotográficos e de áudio, bem como entrevistas com sujeitos considerados relevantes para o entendimento da dinâmica de agricultura do povo em foco.

CONTEXTUALIZANDO O POVO XUKURU DO ORORUBÁ E AS RELAÇÕES HISTÓRICAS COM A TERRA

Antes de adentrar no cerne deste tópico, é importante ressaltar que quando se fala em povos autóctones no Brasil já está se falando em resistência. Não apenas atualmente, mas de processos histórico-espaciais ao longo de mais de quinhentos anos de usurpação de direitos. Debater a resistência indígena através da agricultura, do território ou até mesmo em contextos urbanos, é compreender a luta contra uma estrutura colonial vigente há séculos.

O povo Xukuru do Ororubá habita os municípios de Pesqueira e Poção-PE, sobretudo na Serra do Ororubá. Esta unidade geomorfológica se constitui como um brejo de altitude[2], sendo este um dos principais motivos de conflito pelas terras indígenas ao longo de séculos, visto que aí se localizam as principais fonte hídricas desta parte do agreste (SILVA, 2017).

Com a expansão demográfica no litoral nordestino, ocorreu um avanço para o interior brasileiro, seguindo sobretudo os leitos dos rios (SILVA, 2009). Assim, os primeiros contatos entre os colonizadores e este povo se deram por volta de 1661, a partir das missões dos padres Oratorianos, que fundaram o Aldeamento Monte Alegre, tornando-se Aldeamento do Ararobá posteriormente, conforme estudos de Medeiros (1993).

Ainda segundo a autora, é neste momento que a agricultura será imposta aos indígenas, visto que houve "um esforço muito grande no sentido de 'civilizar' o índio através da agricultura. Percebemos a diligência de alguns missionários, como o Pe. João Álvares que, com suas próprias mãos cavava a terra para com seu exemplo incitar os índios ao trabalho [...]" (MEDEIROS, 1993: 55). É importante enfatizar que na citação acima está sendo falada de uma agricultura colonial, de técnicas europeias, que se difere das práticas atuais do povo, como será discutido adiante.

Oliveira (2014) corrobora com a discussão ao contar que em 1757 o Diretório Pombalino instituía a obrigatoriedade de os indígenas trabalharem na agricultura. Pode-se notar mais uma vez o caráter colonizador imposto a partir desta atividade sem respeitar os modos ancestrais dos indígenas se relacionarem com a Natureza e o plantio.

A situação na região piora com a expansão latifundiária e agroindustrial na região durante os séculos XIX e XX. Em 1879, o Barão de Buíque decreta o fim dos aldeamentos, alegando não mais haverem indígenas, mas apenas caboclos e descendentes, uma estratégia de

[2] Brejos de altitude são áreas úmidas e elevadas que se diferenciam das regiões circunvizinhas.

negação de identidade utilizada até hoje. Com isso, as terras passaram a pertencer aos fazendeiros, apoiados juridicamente pela Lei de Terras de 1850.

É a partir destes eventos que se observará o povo Xukuru migrando para a Zona da Mata Sul de Pernambuco, trabalhando em terras arrendadas dos fazendeiros ou na área urbana de Pesqueira, quer seja na mendicância ou trabalhando nas fábricas, como comentam Silva (2014) e Araújo (2019).

Durante este período, os Xukuru reivindicam suas terras, mas suas reclamações não eram atendidas, visto que a Câmara Municipal era controlada por membros das famílias proprietárias das grandes fazendas e das fábricas da cidade.

Um primeiro ponto de mudança foi a instalação do posto do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1954, reconhecendo oficialmente os Xukuru enquanto povo indígena, sendo um passo importante para a futura demarcação do território (SILVA, 2010).

As décadas seguintes trouxeram mais avanços para os indígenas de modo geral. Através das reivindicações de diversas etnias no país, foi criado o Estatuto do Índio em 1973. Um ano antes foi criado o Conselho Indigenista Missionário, um importante aliado para as mobilizações vindouras.

Contudo, foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando houve garantia de vários direitos aos povos indígenas, incluindo o artigo 231, dedicado aos “índios”, fator essencial na luta dos povos, pois reconhece os costumes e modos de vidas dos povos autóctones, além de assegurar a demarcação e proteção dos territórios ocupados tradicionalmente pelos povos originários.

Em 1990, surge a APOINME (Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espirito Santo) que junto ao CIMI e outras organizações auxiliou na articulação das demandas dos povos indígenas, conforme destaca Oliveira (2013).

A partir disso, tendo Xicão como cacique e o apoio das entidades supracitadas, o povo Xukuru se organizou numa série de retomadas de terras entre 1989 e 1998, quando o líder foi assassinado. Seu filho, Marcos, ocupou o cacicado e continuou as retomadas, culminando na homologação do território em 2001.

Pela demora do Governo Brasileiro na desintrusão dos invasores e demarcação das terras, os Xukuru do Ororubá entraram com um processo na Corte Interamericano de Direitos Humano (SILVA *et al*, 2020). O resultado veio em 2018, dezesseis anos após o início da ação,

tendo a derrota do Estado brasileiro, que foi obrigado a remover e indenizar os intrusos, além de também indenizar o povo Xukuru pela demora do processo.

Como se pode notar, a história desta etnia é marcada por momentos de invasões e usurpações de seus territórios, mas não se deve pensar nos indígenas como sujeitos passivos nesses processos. Embora a estrutura de capital latifundiário e/ou agroindustrial, e anteriormente a Igreja, tivessem negado não só a cultura, mas também as vozes ativas politicamente, relegando-os à uma história de invisibilidade social, os Xukuru do Ororubá sempre encontram formas de resistência, questionaram e buscaram seus direitos, sendo exemplo nos movimentos indígenas até os dias atuais. É partir desta reflexão que a agricultura será trazida como elemento tenaz deste povo frente aos contextos político-territoriais na contemporaneidade.

A AGRICULTURA DO SAGRADO COMO RESISTÊNCIA DO POVO XUKURU DO ORORUBÁ

Segundo um indígena Xukuru do Ororubá, "todo povo originário se formou a partir da agricultura"[3]. É alicerçada nessa informação que a discussão sobre a agricultura desta etnia será conduzida.

A agricultura para o povo em questão é vista como quaisquer relações entre os indígenas e a Natureza, quer sejam as práticas agrícolas, pesca, caça, extrativismo, entre outros. É importante destacar que, embora seja o modelo idealizado pelas lideranças do Território do Povo Xukuru do Ororubá, esta visão não é partilhada por todos/as indígenas. Isso se deve ao fato de que não obstante os fazendeiros tenham sido removidos do território, as práticas coloniais ainda influenciam o cotidiano de uma gama de pessoas, visto que foi uma estrutura reverberada secularmente. Destarte, é importante o esforço de movimentos e lideranças para descolonizar as mentes, deslocar-se desses legados, como diria Thiong'o (2017).

Assim, as reflexões aqui propostas advêm das práticas realizadas no Centro de Agricultura Xukuru do Ororubá – CAXO da Boa Vista (Figura 1), cujas atividades são orientadas pelo Terreiro da Mata Sagrada da Boa Vista e influenciam a cosmologia acerca da agricultura no povo em evidência.

[3] Informação verbal obtida em entrevista realizada no espaço CAXO da Boa Vista, Pesqueira-PE, em 11-11-2020.

Embora frequentemente vistas como âmbitos destoantes, a agricultura e a religião estão imbricadas nas práticas cotidianas dos povos desde a antiguidade. Eliade (1978) aponta essas relações a partir dos rituais e das entidades de diversos povos. Alfredo Bosi (1992) também comenta como o cultivo e o culto possuem afinidades, inclusive etimologicamente, embora refira-se a matriz ocidental da colonização. Isso leva a crer que os processos coloniais e, posteriormente, capitalistas criaram uma visão de mundo que distingue e distorce essas duas áreas. As religiões dos povos originários passaram a ser demonizadas pela hegemonia cristã, enquanto à agricultura foi dada uma conotação exclusivamente econômica.

Como se pôde notar a partir do tópico anterior, essa foi uma ação que também ocorreu durante a exploração do povo Xukuru do Ororubá. No entanto, as relações íntimas com a Natureza se mantiveram e foram passadas entre as gerações, as chamadas ilhas de resistência (ARAÚJO, 2019), dado que eram saberes isolados entre os "mares" do latifúndio e da agroindústria.

Após a homologação do território, seriam as famílias detentoras desses conhecimentos que viriam a dar os primeiros passos na retomada da agricultura do sagrado, ou ainda, agricultura do encantamento ou agricultura ancestral.

O já citado cacique Xicão frequentemente reafirmava o desejo de ver o povo plantando livre do domínio dos fazendeiros. Uma agricultora Xukuru relembra um desses episódios: "o que incomodava Xicão muito era que os índios não tinham liberdade de trabalhar nas suas terras e chegar um pai de família e dizer: 'olha, o fazendeiro botou o gado no meu roçado e acabou com tudo'. Isso deixava ele muito inquieto"[4]. O cacique não pôde ver seu desejo realizar-se, porém seu pensamento levou a muitas reflexões a posteriori, pois não era suficiente expulsar os fazendeiros do território, era necessário também desintruir suas influências do cotidiano, das atividades e das mentalidades do povo.

Foi nesse contexto que a agricultura como alternativa ao modelo latifundiário imposto se tornou pauta corriqueira nas assembleias realizadas por esta etnia. A carta da II Assembleia Geral do Povo Xukuru do Ororubá já trazia reflexões sobre rompimento com os legados coloniais, as práticas de uma agricultura sustentável e projetos de "desenvolvimento" (ASSOCIAÇÃO INDÍGENA XUKURU DO ORORUBÁ, 2020). Com o passar do tempo o próprio termo "desenvolvimento" passou a ser contestado, lembrando o que Acosta (2016, p. 61) se refere em:

[4] Informação verbal obtida em entrevista realizada no espaço CAXO da Boa Vista, Pesqueira-PE, em 17-04-2020.

> Quando é evidente a inutilidade de seguir correndo atrás do fantasma do desenvolvimento, emerge com força a busca de alternativas ao desenvolvimento, ou seja, de formas de organizar a vida fora do desenvolvimento, superando o desenvolvimento e, em especial, rechaçando aqueles núcleos conceitos da ideia de desenvolvimento convencional, entendido como a realização do conceito de progresso que nos foi imposto há séculos. Isso necessariamente implica superar o capitalismo e suas lógicas de devastação social e ambiental.

As discussões sobre uma agricultura voltada à relação com os encantados, os espíritos dos ancestrais, passaram a ser mais frequentes, apontando o caráter sagrado do território e o respeito pela Natureza, visto que "trata-se de um sistema produtivo que não se encontra unicamente vinculado à produção, mas também ao mito, à cosmovisão indígena, à medida do tempo e do ciclo da vida" (ARAÚJO, 2019, p. 6). Conforme reflete Lamir (2020),

> A Agricultura do Sagrado desafia o pensamento moderno e suas limitações de olhar restrito para a cientificidade. A proposta dos Xukuru é retomar seus valores, experiências e práticas que enfrentaram o período da modernidade colonial dentro de um contexto mais amplo que a linearidade dos nossos tempos.

Foi a partir dessas discussões que o coletivo de agricultura Jupago Kreká foi formado, como comenta Araújo (2011), com o intuito de pensar as necessidades do povo e articular com as políticas públicas a partir da cultura. O significado do nome do grupo remete ao idioma Xukuru, que apesar dos processos de negação já citados conseguiu manter cerca de oitocentas palavras. A saber: "jupago" significa "pau", é o cajado utilizado para bater o ritmo do Toré; "Kreká" significa "cabeça", ou seja, "paulada na cabeça", uma analogia a introduzir, semear boas ideias nas cabeças das pessoas.

É o coletivo que cuida do espaço denominado CAXO da Boa Vista, destinado a produção da agricultura do sagrado e onde também se localiza a Casa das Sementes, espaço que abriga sementes nativas e/ou tradicionais do povo Xukuru do Ororubá, as chamadas "Sementes Guardiãs", porém o termo também pode se referir as pessoas que detêm o conhecimento sobre esses grãos.

Esta é também uma prática de resistência, visto que evita que os/as agricultores/as do povo em questão precisem comprar sementes, por vezes transgênicas, em lojas de plantio relacionado ao agronegócio. É ainda uma evidência de fortalecimento territorial, pois as

sementes estão relacionadas a vivências no território enquanto etnia, reafirmando a identidade territorial do povo. Silva e Gonçalves corroboram com essa discussão ao afirmar que:

> A percepção do indígena sobre a terra, água, alimentos e vida, nesse caso a comunidade Xukuru de Ororubá, ultrapassa o propósito comercial, sendo o seu território um espaço sagrado, em que a agricultura se torna um ritual, uma reprodução da vida ao fornecer medicamentos de cura e alimentação, uma herança que é compartilhada para as novas gerações através da educação e um espaço de resistência e defesa em permanente ressignificação da identidade (2017, p. 34).

Os próprios Xukuru do Ororubá tecem reflexões profundas sobre seus modos de fazer agricultura. Mais do que uma atividade, essas práticas são modo de vida para o povo Xukuru, refletem o cotidiano coletivo e a memória dos ancestrais. O cartaz abaixo (Figura 2), exposto na Casa de Sementes, contribui com essa discussão ao trazer o significado da agricultura pensado pela etnia em evidência.

Nesse sentido, a agricultura integra o cotidiano Xukuru do Ororubá, define suas relações entre si e com o território. Mais que isso, é um traço significativo da identidade étnica deste povo. Outro aspecto importante na indianidade desta etnia é o Toré, que possui diversos significados, como ritual, religião, dança, música, brincadeira entre outros. Agricultura e Toré se concatenam através dos encantados. Ao mesmo tempo em que são cerimoniados, evocados e festejados no Toré, os encantados rememoram as práticas ancestrais da agricultura do povo. De modo análogo, Childe comenta que:

> a terra na qual repousam os antepassados é considerada como o solo do qual brota cada ano, magicamente, o sustento alimentício da comunidade. Os espíritos dos antepassados devem ter sido considerados, seguramente, como cooperadores na germinação das plantas cultivadas (1981, p. 108).

Oliveira (2011, p. 186), em estudos sobre os Guarani-Chiripá, afirma que “os saberes e as práticas agrícolas estão profundamente associados com o seu trabalho de resgate, revitalização e manutenção dos costumes dos ‘antigos Guarani’, especialmente pela manutenção da agrobiodiversidade tradicional”. Eliade (1978) também contribui para o debate ao mostrar as relações entre a religião, a fertilidade e o culto aos mortos, que podem ser interpretados como o Toré, a agricultura ancestral e a relação com os encantados.

Ou seja, as relações entre as práticas agrícolas e religiosas possuem afinidades milenares, resistentes ao “desenvolvimento e progresso” da humanidade e que fortalecem a

identidade do povo a partir dos rituais e das memórias que reavivam a força e a luta dos ancestrais, sendo inclusive destacadas através de pinturas que remetem a essa relação na Casa das Sementes.

As práticas de relação com a terra a partir do contato com os encantados frutificaram em engajamentos do povo. Entre eles, após a V Assembleia Xukuru do Ororubá, a criação da Feira Xukuru, conforme aponta Araújo e Ordônio (2011). Um grupo de cerca de 20 indígenas vendem verduras, legumes e frutas plantadas de modo ecológico em um espaço específico às quartas-feiras, na Feira Livre da cidade. Assim, os Xukuru do Ororubá, através da feira, praticam a resistência frente a outros modos de plantio, por vezes tóxico, e promovem uma alimentação saudável, sustentável, ao passo que movimentam a economia do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto político de ataques ao Ambiente e às pequenas produções rurais, é importante salientar o papel dos povos originários como resistência. Os diversos modos de vida se contrapõem às estratégias de desmanche promovidas pelo governo vigente.

A agricultura do sagrado, então, se firma como uma alternativa às práticas agressivas de plantio e ao “desenvolvimento”. Ao defender uma alimentação sustentável, o povo Xukuru em suas práticas propiciam a saúde corporal e espiritual, visto que os encantados são parte fundamental desse processo.

Ademais, é um aspecto fundamental na identidade étnico-territorial deste povo, ao remeter não só às lembranças e vivências dos antigos, mas também às necessidades e movimentos da atualidade frente à degradação ambiental, expansão do agronegócio e tentativas de espoliação de terras indígenas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. 2016. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo, Autonomia Literária, Elefante.

ARAÚJO, A. L. O. 2011**. *Una mirada agroecológica en la pisada Xukuru do Ororubá: um presente de posibilidades.*** Tesina de Maestría en Agroecología. Universidad Internacional de Andalucía.

ARAÚJO, A. L. O. 2019. **Reorganização social Xukuru do Ororubá e os desafios para uma agricultura e gestão territorial sustentáveis: Resistências e inovações socioambientais de um povo indígena no Nordeste do Brasil.** Tese de Doutorado em Recurso Naturais e Gestão Sustentável. Departamento de Ciências Sociais e Humanidade, Universidade de Córdoba.

ARAÚJO, A. L. O.; ORDÔNIO, Iran Neves. 2011. Feira Xukuru do Ororubá: Conquistas em torno de uma Experiência de Comercialização de Alimentos de Base Ecológica. **Cadernos de Agroecologia.** [Consultado em 27-10-2020]. Disponível em: http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/10750/7315

ARAÚJO, M. G. Indígenas Xukuru em Pernambuco, Brasil e dos Altos Chiapas no México: movimentos de retomada da agricultura ancestral. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 8, São Paulo, 2019. **Anais**... São Paulo, USP.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Julgamento histórico pode definir o futuro das Terras Indígenas do Brasil**. APIB. [Consultado em 22-10-2020]. Disponível em: https://apiboficial.org/2020/10/22/julgamento-historico-pode-definir-o-futuro-das-terras-indigenas-do-brasil/

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA XUKURU DO ORORUBÁ. 2020. **Cartas das Assembleias Xukuru do Ororubá.** [Consultado em 07-10-2020]. Disponível em: https://sites.google.com/view/ororubafilmes/arquivos-para-baixar?authuser=0
BOSI, A. 1992. **Dialética da colonização**. São Paulo, Companhia das Letras.

BRASIL. 2019. Medida Provisória nº 910, de 2019. **Diário Oficial da União**. Altera a Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009. Brasília, 11-12-2019. [Consultado em 22-10-2020]. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/140116

CARTA CAPITAL. 2020. **Tereza Cristina diz que 'mais gado no Pantanal' atenuaria queimadas.** [Online] Carta Capital. [Consultado em 15-10-2020]. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/tereza-cristina-diz-que-mais-gado-no-pantanal-atenuaria-queimadas/

CARVALHO, I. 2020. **Salles pediu que governo seja "infralegal" e "passe a boiada" no meio ambiente**. [Online] Brasil de Fato. [Consultado em 08-10-2020]. Disponível em:

https://www.brasildefato.com.br/2020/05/22/salles-pediu-que-governo-seja-infralegal-e-passe-a-boiada-no-meio-ambiente

CHILDE, V. G. 1981. **A história cultural do homem**. Rio de Janeiro, Zahar Editora.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. 2020. **Violência contra povos indígenas no Brasil – dados 2019.** Brasília, CIMI. [Consultado em 06-10-2020]. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf

ELIADE, M. 1978**. Histórias das crenças e ideias religiosas: da Idade da Pedra aos Mistérios de Elêusis. Da Origens ao Judaísmo**. Rio de Janeiro, Zahar Editora.

GIMENES, E. 2020. **Bolsonaro culpa indígenas, imprensa e ONGs por queimadas e consequências da covid.** [Online] Brasil de Fato. [Consultado em 06-10-2020]. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/09/22/bolsonaro-culpa-indios-caboclos-midia-e-ongs-por-queimadas-e-consequencias-da-covid.

GUAJAJARA, S. 2020. **Entrevista a André Barrocal e Felipe Milanez do Carta Capital**. [Consultado em 22-10-2020]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OZORUHjmufc&feature=emb_title

KOTAIT, M. 2020. **Revisão do Guia Alimentar: uma péssima ideia.** [Online] Catraca Livre. [Consultado em 15-10-2020]. Disponível em: https://catracalivre.com.br/saude-bem-estar/revisao-do-guia-alimentar-uma-pessima-ideia/

LAMIR, D. 2020. **Agricultura do Sagrado resgata ancestralidade e espiritualidade do povo Xukuru.** [Online] Brasil de Fato. [Consultado em 15-10-2020]. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/02/27/agricultura-do-sagrado-resgata-ancestralidade-e-espiritualidade-do-povo-xukuru

MEDEIROS, M. C. 1993**. Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830).** João Pessoa, Ideia.

OLIVEIRA, D. 2011. **Arandu Nhembo‟ea: cosmologia, agricultura e xamanismo entre os Guarani-Chiripá no litoral de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, K. E. 2013. **Diga ao povo que avance! Movimento Indígena no Nordeste.** Recife, Editora Massangana.

OLIVEIRA, K. E. 2014. **Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru.** Recife, Editora UFPE.

OVIEDO, A. 2018. **Demarcação de Terras Indígenas é decisiva para conter o desmatamento e regular o clima.** [Online] Instituto Socioambiental. [Consultado em 06-10-2020]. Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/a-

demarcacao-das-terras-indigenas-e-decisiva-para-conter-o-desmatamento-e-manter-funcoes-climaticas-essenciais.

QUIRINO, F. 2020. **Pantanal vive pior crise de queimadas dos últimos anos.** [Online] Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. [Consultado em 07-10-2020]. Disponível em: https://mst.org.br/2020/09/12/pantanal-vive-pior-crise-de-queimadas-dos-ultimos-anos/

SILVA, B. B.; GONÇALVES, C. U. 2017. Agricultura Xukuru e a construção da identidade territorial no sertão de Pernambuco. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária,8/ Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 9, Curitiba, 2017. **Anais**... Curitiba, UFPR.

SILVA, B. B.; GONÇALVES, C. U.; SANTOS JÚNIOS, A. A.; PINTO, L. E. O. 2020. Limolaygo toype: as Assembleias Indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá. **Revista NERA**, 23 (54). [Consultado em 23-09-2020]. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7917

SILVA, E. 2009. Os povos indígenas e o Agreste: os Xukuru do Ororubá**.** IN: GUILLEN, Isabel Cristina Martins; GRILLO, Maria Ângela de Faria. **Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco.** Recife, Editora UFPE: 115-137.

SILVA, E. 2010. Xukuru: a conquista do posto. O período do SPI entre os Xukuru do Ororubá. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, 14 (21). [Consultado em 17-10-2020]. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23719

SILVA, E. 2014. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Recife, Editora UFPE.

SILVA, E. 2017. História indígena e história ambiental no semiárido pernambucano: os Xukuru do Ororubá. **Revista Fato e Versões- revista de História,** 9 (17). [Consultado em 16-10-2020]. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/fatver/article/view/5214

SOUZA, M. M. (2012). A resistência indígena e camponesa frente à expansão do latifúndio na atualidade. **Revista Labirinto,** 12 (16). [Consultado em 17-10-2020]. Disponível em: https://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/978

THIONG'O, N. W. 2017. **Desplazar el centro: la lucha por las libertades culturales.** Barcelona, Rayo Verde Editorial